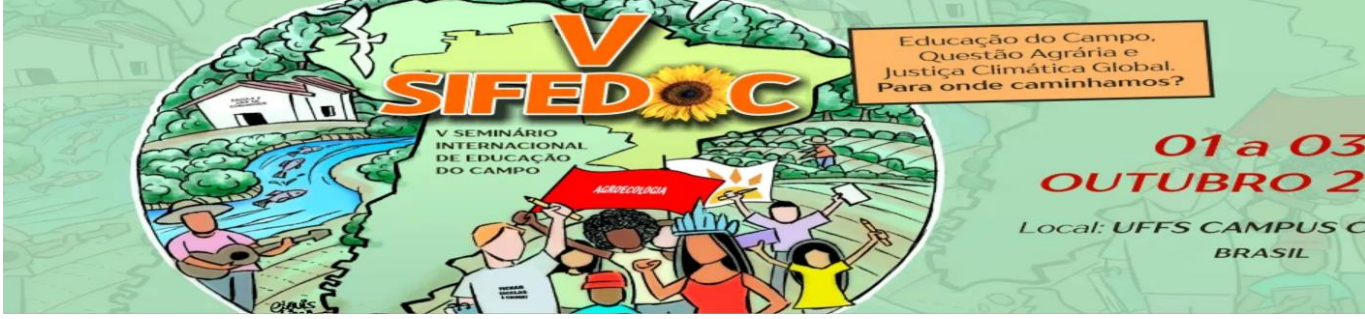


ONDE NUNCA HOUVE ESCOLA: SUBJETIVIDADE, PERTENCIMENTO E RESISTÊNCIA EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE TIJUCAS DO SUL - PR.

Gabriela Ferreira do Nascimento [1]

Fernando Amorim[2]

Círculo de Saber: Conhecimento, saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidades tradicionais

Palavras-chave: infâncias negras; quilombo; resistência.

Introdução

> “Quando nós falamos tagarelando e escrevemos mal ortografado; quando nós cantamos desafinando e dançamos descompassado; quando nós pintamos borrando e desenhamos enviesado, não é porque estamos errando, é porque não fomos colonizados” (Santos, 2023, 5:34).

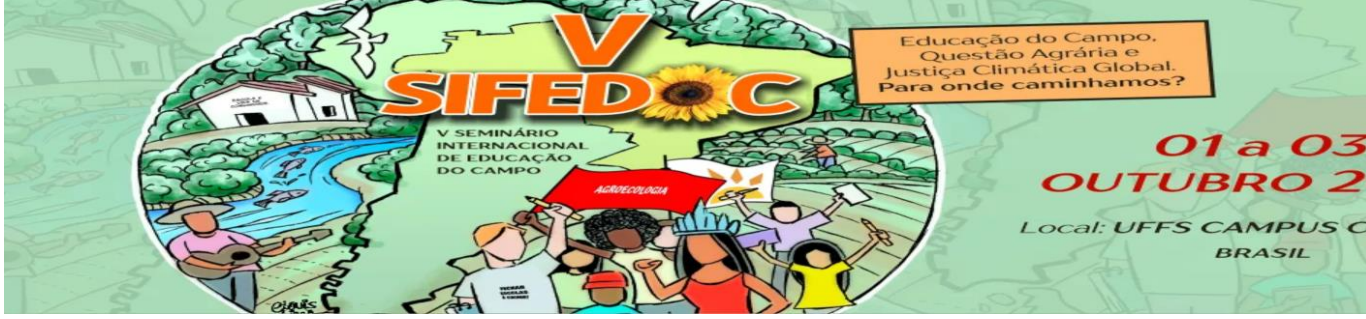
A afirmação de Santos (2023) denuncia com força poética o projeto colonial que desqualifica modos de ser, saber e viver que não se alinham à lógica dominante. Suas palavras revelam que o apagamento das expressões e saberes quilombolas não ocorre por deficiência, mas por resistência. É nesse contexto que se insere este trabalho, que trata da ausência histórica de uma escola pública em uma comunidade quilombola localizada em Tijucas do Sul – PR, e dos efeitos subjetivos, simbólicos e coletivos dessa omissão.

O problema central da pesquisa é: como a ausência de escola em uma comunidade quilombola impacta a subjetividade, o pertencimento e os projetos de futuro das infâncias negras do campo, e de que forma a comunidade resiste e elabora sentidos diante dessa negação?

A ausência histórica de uma escola pública no Quilombo Barreiro não representa apenas uma lacuna material, mas evidencia uma violência simbólica (Bourdieu,

[1] Graduanda em Educação do Campo/IFPR. E-mail: g0079277@gmail.com.

[2] Doutor em Ensino de Ciências e Matemática. E-mail: fernando.amorim@ifpr.edu.br



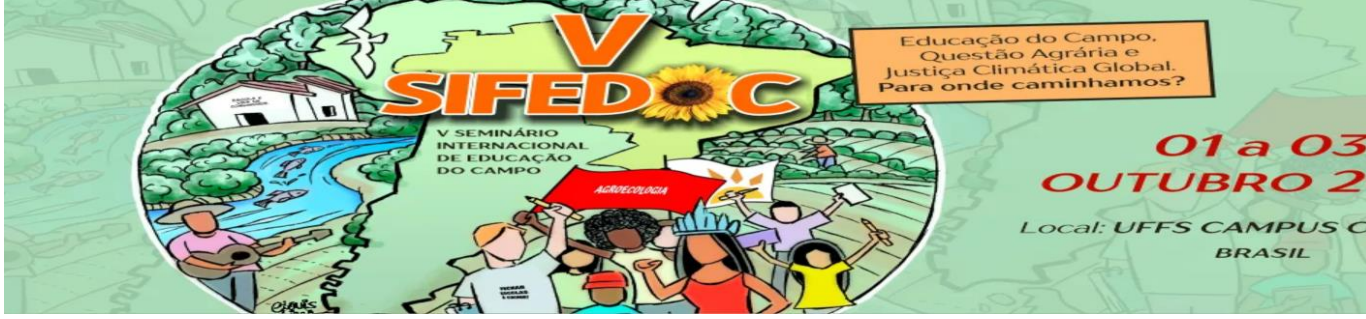
2021) porque opera sobre os corpos, os tempos e os modos de vida da comunidade. O apagamento educacional, nesse caso, atua como continuidade de um projeto colonial de negação das existências quilombolas, que compromete a formação das infâncias negras, desloca laços comunitários e impede o enraizamento identitário.

Para compreender os efeitos dessa ausência, a pesquisa se apoia na Teoria da Subjetividade de González Rey e Mitjáns Martinez (2003), segundo a qual as experiências vividas produzem sentidos subjetivos que favorecem a constituição da subjetividade das pessoas. Assim, crescer em um território onde nunca houve escola não é uma neutralidade, mas uma marca que atravessa as formas de pertencimento, de sonhar e de narrar o próprio lugar no mundo.

Apesar desse cenário de exclusão, o Quilombo Barreiro mobiliza estratégias de reexistência que sustentam a vida e a memória coletiva. A oralidade das mais velhas, os saberes ancestrais transmitidos fora da escola, os cultivos no território e os laços comunitários que persistem são formas de envolvimento contra o desenvolvimento, como propõe Santos (2023), ao afirmar que a experiência quilombola funda uma lógica contra-colonial de vida.

Os objetivos deste resumo expandido são: compreender os efeitos subjetivos, simbólicos e sociais da ausência histórica de escola pública no Quilombo Barreiro; identificar as estratégias de resistência construídas pela comunidade frente à negação desse direito; e contribuir com a produção de conhecimento comprometida com a luta por uma educação do campo emancipadora, decolonial e situada nos territórios.

Parte-se da hipótese de que a ausência de escola no Quilombo Barreiro não resulta de um simples descaso do poder público, mas expressa um projeto histórico de negação e deslegitimação da existência quilombola enquanto sujeito de direito e de saber. Estudar essa ausência é fundamental porque ela revela uma forma de violência estrutural que permanece invisibilizada nos discursos institucionais e nas estatísticas educacionais. Ao negar o acesso à escola no próprio território, o Estado impede o direito à educação e interrompe processos de pertencimento, transmissão de saberes ancestrais e afirmação identitária, perpetuando a lógica colonial de exclusão.



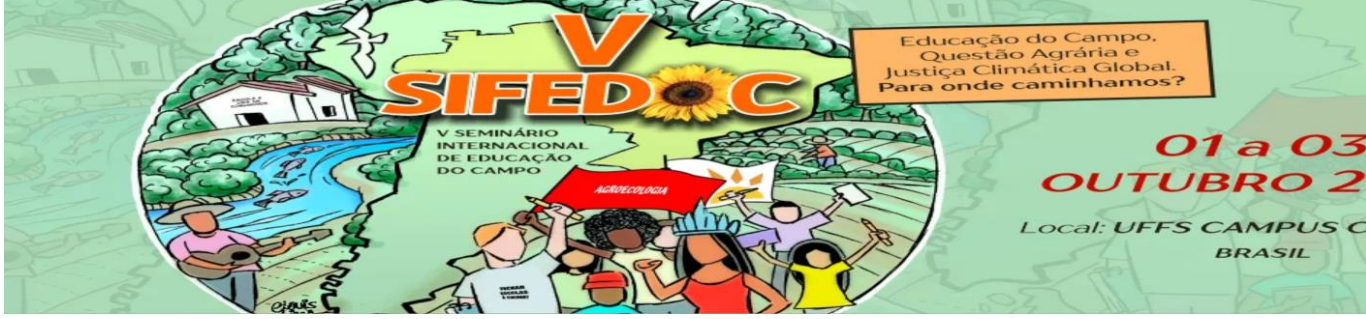
A pesquisa adota a abordagem da investigação narrativa, conforme Clandinin e Connelly (2015), por compreender que as histórias de vida são espaços legítimos de produção de conhecimento. A partir de entrevistas abertas, escuta sensível e registros em campo, foram construídas narrativas com moradores do Quilombo Barreiro, especialmente mulheres, lideranças e jovens. Esses relatos permitiram acessar sentidos subjetivos e coletivos sobre a ausência da escola, revelando tanto marcas de exclusão quanto estratégias de resistência.

Ausência da escola como presença da colonialidade

A ausência da escola no Quilombo Barreiro pode ser compreendida como negação concreta do direito à educação e, mais profundamente, como negação da própria condição humana, nos termos de Freire (2021). Para o autor, a educação é prática de liberdade quando parte da realidade concreta dos sujeitos e permite a leitura crítica do mundo. Quando uma comunidade quilombola permanece por décadas sem acesso à escola em seu território, não se trata apenas da falta de estrutura, mas da negação do direito de existir como sujeito histórico e coletivo. A ausência da escola, nesse sentido, deixa de ser um vazio e passa a ser uma presença colonial, que silencia a palavra, impede a escuta e desumaniza as infâncias negras do campo.

Essa exclusão se sustenta por mecanismos sutis e naturalizados, característicos do que Bourdieu (2021) denomina de violência simbólica. Diferente da violência física, a violência simbólica atua de modo invisível e legitimado socialmente, fazendo parecer natural que certas populações, como as comunidades quilombolas, não tenham escola próxima, nem acesso pleno à educação. A ausência prolongada de políticas públicas, o silenciamento institucional e a normalização dessa realidade reforçam um sistema de reprodução das desigualdades, onde os corpos e os saberes quilombolas são sistematicamente desvalorizados ou ignorados.

No plano da experiência vivida, considerando que os territórios quilombolas são permeados de relações pessoais baseadas na produção e reprodução da vida (Nascimento, 2021). Assim, os efeitos dessa ausência incidem diretamente sobre a



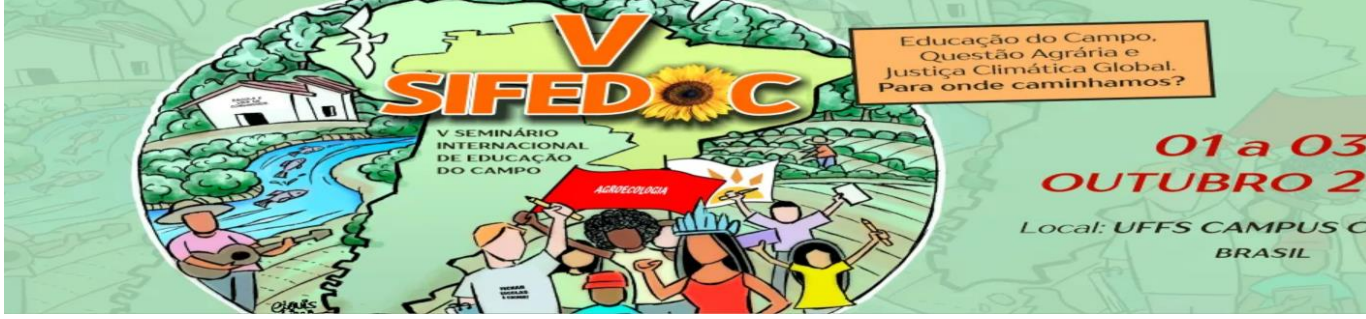
constituição da subjetividade, que, segundo González Rey e Mitjáns Martinez (2017), é produzida nas relações sociais e na história concreta das pessoas. Crescer em um território sem escola significa formar-se em um campo de sentidos marcados por deslocamento, negação e descontinuidade. Ao mesmo tempo, resistir a essa ausência, criando formas próprias de transmissão de saberes, de fortalecimento da oralidade e da memória, também constitui subjetividade.

Nesse enfrentamento, como aponta Santos (2023), o povo quilombola não reivindica o desenvolvimento imposto de fora, mas pratica o envolvimento: um modo de viver enraizado no território, na circularidade do tempo e na partilha com todas as formas de vida. O envolvimento, nesse contexto, é mais que alternativa, é antídoto contra a colonialidade.

A ausência de escola no Quilombo Barreiro não é um dado neutro ou pontual, mas uma expressão de uma política histórica de exclusão que se renova por meio da omissão (Nascimento, 2021). Essa negação do direito à educação compromete diretamente a constituição de vínculos comunitários, a continuidade dos saberes ancestrais e o reconhecimento das infâncias quilombolas como sujeitos históricos.

Os moradores do Barreiro crescem sem qualquer referência educativa em seu território, o que reforça a ideia de que suas experiências e modos de vida não são dignos de serem ensinados, registrados ou transmitidos pela escola. A exclusão da escola é, portanto, também exclusão da narrativa sobre si, perpetuando o silenciamento e a não pertença, elementos que produzem efeitos subjetivos concretos, como mostram os relatos dos entrevistados, em que se evidenciam o desejo frustrado de estudar, a fragmentação do pertencimento e a dependência da oralidade como única via de memória viva.

Essa exclusão opera não apenas na materialidade do não acesso, mas também no plano simbólico, como forma de deslocamento identitário. Sem escola, sem estrada e sem transporte, os moradores do Barreiro permanecem isolados de políticas públicas básicas, ainda que resistam cotidianamente plantando, colhendo e habitando o território. O fato de crianças quilombolas estudarem em escolas da cidade, distantes e desconectadas de sua realidade, reforça uma pedagogia da negação: não se veem representadas nos conteúdos, nem reconhecidas enquanto sujeitos de direito.



A escola ausente também nega a centralidade dos saberes locais e compromete o ciclo de pertencimento intergeracional, demonstrando que a ausência institucional é uma estratégia ativa de invisibilização. Ao mesmo tempo, a comunidade resiste por meio de práticas que afirmam a vida — como a oralidade das avós, o cultivo da terra e a permanência no território — desafiando a lógica de desterritorialização imposta pela colonialidade.

A principal ideia que se defende neste trabalho é que a escola, para além de um serviço público, constitui um território simbólico fundamental para o pertencimento e a afirmação identitária. Sua ausência histórica no Quilombo Barreiro revela é apenas uma negligência administrativa, mas uma estratégia de desterritorialização que rompe laços comunitários, descontinuando o ciclo intergeracional de saberes e afetos.

Nesse contexto, a exclusão educacional atua como mecanismo de silenciamento, negando à comunidade o direito de ensinar e aprender a partir de sua própria realidade. No entanto, a comunidade não é passiva diante dessa negação: reexiste pela força da oralidade, dos vínculos afetivos e da partilha dos saberes ancestrais que seguem vivos no território. A resistência se materializa em práticas cotidianas que sustentam a vida, reafirmam a memória e contestam o projeto colonial de invisibilização.

Os dados produzidos por meio das entrevistas revelam sentimentos marcados por dor, frustração e deslocamento, mas também por força e resistência. Um dos entrevistados narra com emoção o quanto desejava estudar, mas a distância da escola e a falta de estrada tornaram o acesso inviável, revelando um processo contínuo de exclusão que comprometeu seu percurso formativo. Já outro entrevistado destaca que nunca teve uma escola em sua comunidade e que tudo o que aprendeu veio da oralidade de sua mãe, avó e do cotidiano na roça, indicando que o saber local se manteve vivo apesar da ausência institucional.

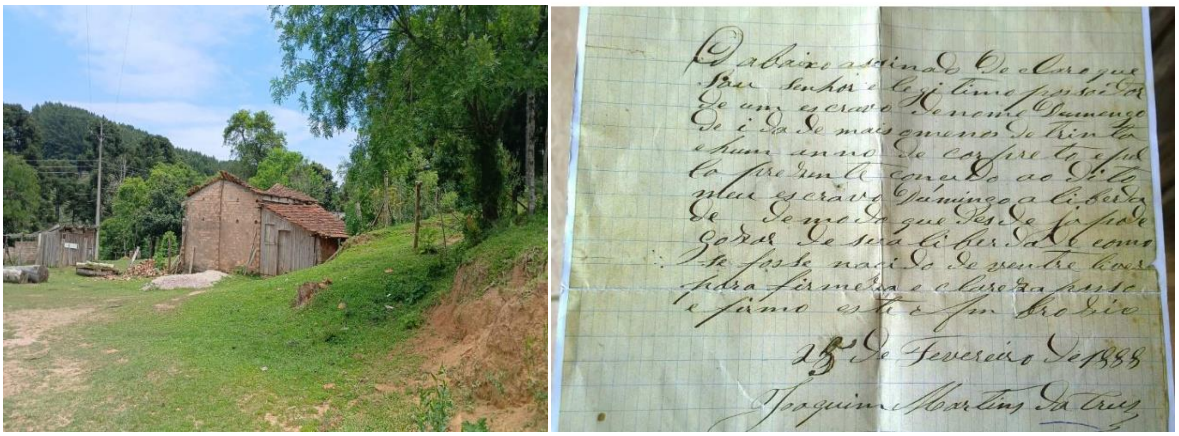
As falas indicam efeitos subjetivos profundos: o sentimento de não pertencimento ao espaço escolar urbano, a ausência de referência educativa no território e a internalização da ideia de que a escola não era para eles. Ao mesmo tempo, evidenciam estratégias de reexistência: a transmissão dos saberes por meio da fala,

a valorização da terra como espaço educativo e o fortalecimento dos vínculos familiares como forma de sustentar a vida e o futuro no quilombo.

A realidade vivida no Quilombo Barreiro confirma a hipótese de que a ausência da escola não é uma falha administrativa isolada, mas parte de uma lógica estrutural de exclusão e silenciamento. As falas dos moradores, atravessadas por sentimentos de frustração e resistência, revelam que essa ausência reflete na construção da subjetividade, como aponta González Rey e Mitjáns Martinez (2017), ao limitar os sentidos de pertencimento e projeto de vida. Simultaneamente, a reexistência da comunidade, por meio da oralidade, da permanência no território e da partilha dos saberes, dialoga com o conceito de envolvimento de Santos (2023), contestando a lógica colonial de deslocamento imposta pelo desenvolvimento.

Ao afirmar a terra como espaço de saber, os moradores constroem um modo próprio de educar e resistir, que desafia a ideia de escola como mero prédio e reivindica a educação como direito coletivo, territorial e simbólico. Esse reconhecimento reforça a necessidade de políticas públicas que compreendam a escola não como um equipamento neutro, mas como expressão de pertencimento e justiça histórica.

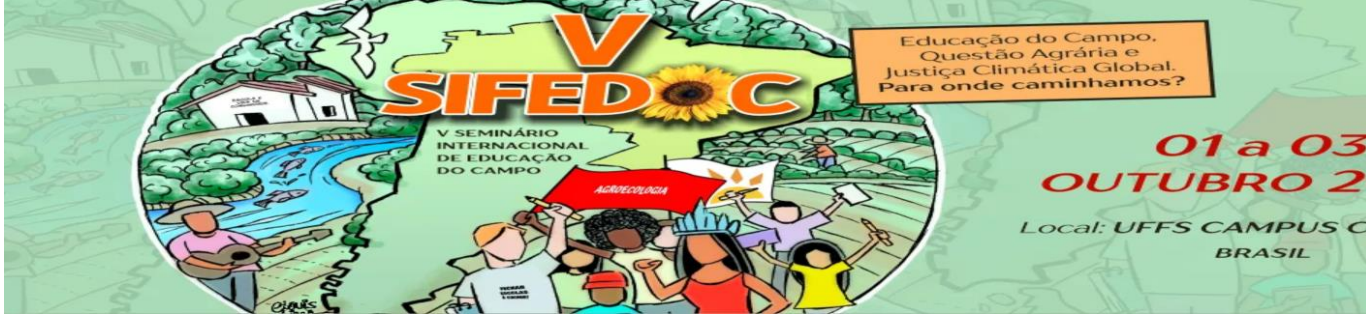
Território que resiste: Quilombo Barreiro, Tijucas do Sul – PR



Vista do Quilombo Barreiro e carta de alforria de um dos seus moradores.

Conclusão

A ausência histórica de uma escola pública no Quilombo Barreiro evidencia uma forma persistente de colonialidade que opera tanto no apagamento institucional



quanto na desvalorização simbólica das infâncias negras do campo. As narrativas dos moradores revelam que essa ausência vai além da negação de um direito: ela compromete a continuidade dos saberes, fragiliza o pertencimento e impõe deslocamentos materiais e subjetivos. Ao mesmo tempo, a comunidade mobiliza estratégias de resistência baseadas na oralidade, nos laços intergeracionais e na relação com o território, reafirmando que educar é também uma prática de reexistência.

Os dados analisados apontam para a urgência de uma política pública que reconheça a escola como território de memória, identidade e reparação histórica para os povos quilombolas. A construção de uma escola no Barreiro, mais do que um edifício, representa a possibilidade de interromper o ciclo de exclusão e afirmar um projeto educativo enraizado no lugar e nos saberes da comunidade. Como desdobramento, futuras pesquisas podem investigar experiências de escolas quilombolas já existentes, suas propostas pedagógicas e formas de gestão, contribuindo para a formulação de práticas educativas anticoloniais e territorializadas.

.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre**. O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Edições 70, 2021.

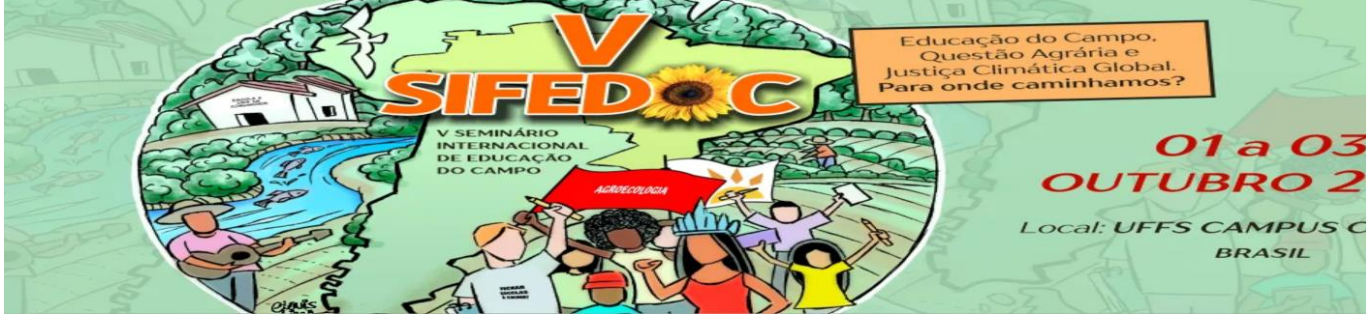
CLANDININ, D. Jean; CORNNELLY, F. Michel. **Pesquisa narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Uberlândia: Edufu, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNS MARTINEZ, Albertina**. Teoria da Subjetividade, Epistemologia, Metodologia.** São Paulo: Edusp, 2003.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Alex Ratts (org.). 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RIBEIRO. M. Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n.17, maio/ago. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a02.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.



SANTOS, Antonio Bispo dos. Aquilombar o Antropoceno, Contra-colonizar a Ecologia. **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP,** 2023**.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7RCuzE6b83k. Acesso em: 16 jun. 2025.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.